



A Comissão de Defesa da Escola Pública (CDEP) foi (re)constituída no Encontro de 12 de Março de 2016, na Escola Sophia de Mello Breyner, em Carnaxide, por docentes e investigadores, na base dos seguintes acordos:

Cabe a todos os cidadãos – e muito em particular aos docentes e investigadores – intervir para salvar a Escola Pública consignada na Constituição da República e operacionalizada na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Trata-se da Escola laica, na qual o Estado português tem o dever de garantir – a todas as crianças e jovens – um ensino democrático e de qualidade, conducente à formação de cidadãos qualificados, livres e intervenientes.

Este desiderato coloca, à partida, a exigência de reposição da democracia nas escolas, bem como do seu orçamento, cortado pelo Governo anterior, em nome do cumprimento do Memorando da Troika.

Cabe às organizações sindicais tomar as iniciativas que conduzam a uma acção unida dos professores, educadores e restantes técnicos e pessoal das escolas, para que sejam cumpridos estes requisitos, defendendo os seus direitos profissionais e respectivas condições de trabalho.

Os docentes e investigadores que se ligarem na CDEP agirão para ajudar a construir esta mobilização, jamais pretendendo substituir-se ou concorrer com as referidas organizações.

Deixem os Professores ser Professores!

Afirmar a necessidade de um Ensino Público de qualidade para as jovens gerações – sem colocar, à partida, a exigência de boas condições de vida e de trabalho dos professores e educadores – é hipocrisia de preço social e cultural incomensurável.

Basta de políticas educativas assentes em condições de trabalho responsáveis pelo desgaste físico e psicológico de milhares de docentes, colocados à beira da exaustão.

Basta de pressões e constrangimentos de toda a ordem – das directivas institucionais, à cultura autocrática vivida na maioria das escolas e agrupamentos!

Basta de julgamento dos professores e educadores na praça pública, a partir de “rankings”, onde nunca se contam os procedimentos pedagógicos de milhares de professores, num esforço inaudito para resolver problemas que os ultrapassam e ultrapassam a Escola!

Bem hajam os docentes que, respondendo ao apelo da FENPROF, decidiram abdicar de um dos tão poucos dias de descanso da interrupção lectiva para afirmarem, em unidade, as suas legítimas reivindicações:

- Descongelamento das carreiras e respectiva actualização dos salários!
- Reforma imediata, sem qualquer penalização, para todos os que voluntariamente decidirem aposentar-se com quarenta anos de trabalho!
- Reposição do horário de trabalho lectivo tal como ele vigorou, antes das reformas da ministra Maria de Lurdes Rodrigues e do ministro Nuno Crato!
- Vinculação de todos os docentes ao fim de três anos de trabalho!
- Restabelecimento da democracia nas escolas, com Conselhos pedagógicos e todos os órgãos de coordenação pedagógica eleitos pelos seus pares!

Partilhando as preocupações e aspirações dos nossos colegas, os docentes ligados na Comissão de Defesa da Escola Pública (CDEP) afirmam que todos quantos assumem o combate por estas reivindicações, estão a dar cara pela defesa da dignidade da profissão docente, estão a construí-la, estão a zelar pela defesa dos interesses dos alunos.

Que esta mobilização seja um passo para abrir o caminho às mobilizações nacionais que os professores tantas vezes já realizaram, que ela seja um passo para dar uma nova alma à Escola, tão precisa e importante para responder à complexidade dos desafios que lhe estão colocados.

Não pode haver um bom Ensino sem professores livres e valorizados.

Deixem-nos ser professores!

18 de Abril de 2017

Contactar: Adélia Gomes – 963264728 / Luísa Patrício - luisapatricio@sapo.pt

Carmelinda Pereira – 966368165 ou carmelinda.pereira@sapo.pt